

■ NACIONAL

Madeirasas do Pará habilitam-se ao selo verde

Pressão de compradores, principalmente europeus, força serrarias da Amazônia a buscar certificação de manejo florestal

Simone Romero
de Manaus

Madeira tropical extraída da Amazônia brasileira com selo verde do FSC (sigla em inglês para Conselho de Manejo Florestal) deve deixar de ser um produto raro até o final da década. Uma verdadeira corrida pela certificação foi iniciada na região, e envolve outros segmentos de extração florestal que também buscam se adequar aos três preceitos do bom manejo — exploração ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável.

O interesse pela certificação vai além da necessidade de se antecipar a uma tendência futura do mercado. Para as empresas do setor florestal, o selo verde serve como um atestado de que a extração é feita de forma legal e de que o comprador terá uma oferta firme. Estimulados pelo WWF (Fundo Mundial para a Natureza) e pelo Greenpeace, 500 dos principais compradores internacionais de madeira e 50 grandes compradores brasileiros já firmaram compromisso para dar preferência aos produtos certificados e aumentar gradativamente sua participação nas compras totais.

De acordo com a Imaflo — que com a SGC e a SCS forma o grupo das três entidades credenciadas no Brasil para emissão do selo do FSC — o número de consultas de empresas interessadas na iniciativa pode fazer com que a área certificada na Amazônia aumente em um milhão de hectares nos próximos anos. Hoje são 120 mil hectares.

A primeira empresa a ter áreas de manejo com selo verde na Amazônia foi a Madeira Itacoatiara, hoje Precious Wood Amazon, no Amazonas, com cerca de 80 mil hectares de floresta certificada. Na semana passada, a Gethal Amazonas, que já possuía o selo verde do FSC em cadeia de custódia, por comprar madeira certificada da Precious Wood, obteve a certificação para uma área de manejo com 40,8 mil hectares no município de Manicoré (AM). O novo selo consolida a posição da empresa de única no mundo a oferecer

compensados com certificação.

Existem diferenças importantes entre as duas empresas. Enquanto a Precious Wood nasceu da vontade de um grupo de investidores suíços em testar técnicas de manejo eficientes para madeiras tropicais, a Gethal é uma grande madeireira típica da Amazônia. De origem gaúcha, a indústria instalou-se em Itacoatiara (AM) há mais de 50 anos e, no início deste ano, teve o controle acionário adquirido pelo grupo norte-americano GMO. A preocupação com o ambiente só ganhou espaço na empresa nos últimos três anos.

Com o selo verde, dois terços da

materia-prima utilizada pela indústria passará a ser certificada. No ano passado, a empresa produziu 2,2 mil metros cúbicos de compensados por

mês. Este ano, a produção mensal aumentou para 2,7 mil metros cúbicos. O crescimento da produção é acompanhado pelo do faturamento. No ano passado, a Gethal faturou US\$ 9,4 milhões e, em 2000, espera atingir US\$ 12 milhões.

Depois de atingir o Amazonas, a

corrida pela certificação chega ao Pará. As madeireiras Samal, no município de Oriximiná, Rosa Madeireira e Cikel, em Paragominas, e Ju-

ruá Florestal; em Tailândia, já iniciaram o processo de obtenção do selo verde. Em processo de certificação por cadeia de custódia estão as empresas Tramontina Belém, Nordisk Timber e Eldorado Madeiras.

Para o empresário Sidney Rosa, dono da Rosa Madeireira, a certifi-

Objetivo é atender 500 dos principais importadores, que firmaram compromisso com o WWF e o Greenpeace

cação é uma estratégia de sobrevivência. “Os mercados internacionais vão se tornar cada vez mais rigorosos com a comprovação da origem da madeira tropical”, afirma. A indústria, de capital paraense, começou a exportar chapas de compensado e madeira serrada há dez anos, e hoje produz anualmente 12 mil metros cúbicos. O processo de certificação foi iniciado em dois mil dos 22 mil hectares de floresta manejados pela indústria em Paragominas.

Entre as empresas que buscam a certificação por cadeia de custódia, duas delas — a Eldorado, de capital francês, e a Tramontina Belém —

firmaram compromisso para aumentar as compras de madeira com selo verde. No caso da Tramontina, a matriz do Rio Grande do Sul já possui selo verde do SFC por cadeia de custódia. “Nossa expectativa é colocar no mercado, em janeiro, os primeiros produtos com certificação da Tramontina Belém”, afirma o superintendente Luiz Ongaratto. Serão ferramentas com cabo de madeira certificados. A idéia é fazer com que a certificação chegue logo à unidade de fabricação de móveis.

Este ano o valor faturado com exportações pela Tramontina Belém deverá atingir US\$ 5 milhões, para um faturamento total estimado em US\$ 25 milhões. “Os móveis de madeira são parte significativa destas exportações e, especificamente no mercado europeu, estamos deixando de firmar contratos pela falta de certificação”, conta Ongaratto.

Por enquanto, os casos em que a pressão do mercado surtiu efeito em cadeia são muito localizados, até porque não existe oferta suficiente do produto. “Menos de 5% das consultas que recebem exigências em relação à certificação”, afirma Roberto Pupo, diretor-presidente da Nordisk Timber e representante no Brasil do grupo DLH Nordisk.

Mas já existem exemplos que comprovam o poder de pressão dos compradores. A indústria maranhense de portas Shalon passou a trabalhar com madeira certificada para atender às exigências dos compradores internacionais, abandonando antigos fornecedores de madeira do município de Paragominas.

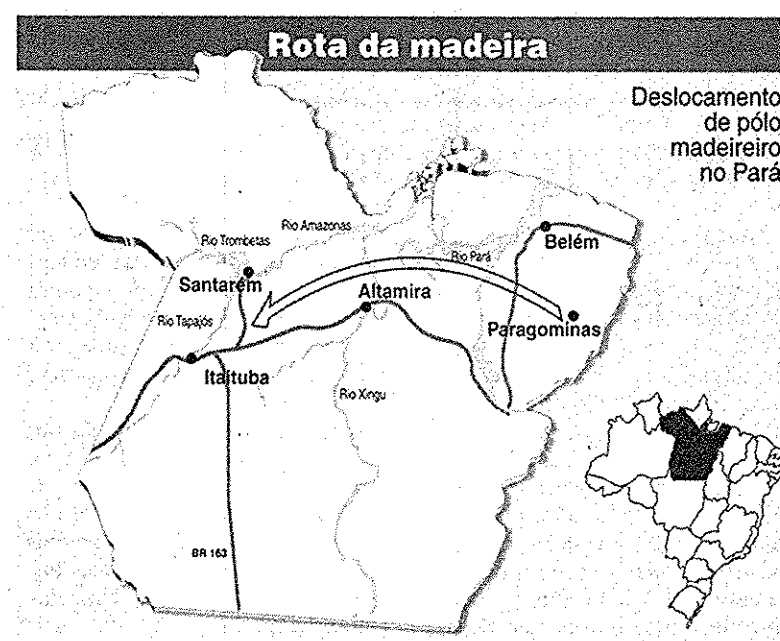
No aspecto de mercado, a certificação confere um diferencial positivo. Como ocorre com a Muaná Florestal, no Pará, que deve ser a primeira a obter o selo para produtos não-madeireiros, no caso palmito e suco de açaí. Ou da indústria de redes Isack Jobek, do Ceará. Em dois anos, a empresa ampliou as exportações de 250 mil unidades anuais para 500 mil usando madeira de pinus certificada nas tiras de madeira que separam os fios do punho.

Pólos de exploração avançam para o oeste

Mesmo sendo um instrumento de mercado, a certificação poderá ajudar a conter o avanço da atividade madeireira. No Pará, de onde saem aproximadamente 10 milhões dos 28 milhões de metros cúbicos de madeira extraídos no Brasil, a região oeste do estado converteu-se em novo front de exploração. A oferta de energia, com a construção do segundo linha da hidrelétrica de Tucuruí, somada a uma razoável infra-estrutura de transportes, vem aumentando o número de madeireiras em cidades como Altamira, Itaituba e Brasil Novo.

No município de Novo Progresso e regiões próximas, o número de madeireiras quase chega a cem. A indústria madeireira expande-se acompanhando a rodovia BR-163, que liga Cuiabá a Santarém. Junto com a teia de estradas vicinais da região, a rodovia cria uma via de escoamento da produção até o porto de Santarém.

O setor madeireiro tem um peso importante na economia do Pará e é um dos maiores empregadores. Ajuda a aumentar a renda dos municípios da região oeste, mas se não houver controle, afirma o pesquisa-



dor Adalberto Veríssimo, do Imazon, pode repetir os erros cometidos em regiões onde a exploração madeireira é mais antiga, como a região sul do estado. Um bom exemplo é o município de Paragominas, no leste do Pará.

Após 30 anos de exploração florestal, o número de serrarias caiu de 182 para aproximadamente 86. Para o empresário Sidney Rosa, dono da Rosa Madeireira e ex-prefeito do município, há muita lenda quando se fala dos danos ambien-

tais provocados pelas madeireiras.

“Dos dois milhões de hectares de florestas de Paragominas, um milhão ainda está em pé. O restante foi derrubado pelas pressões da atividade pecuária, que parou de abrir pasto na região há dez anos”, conta. Na verdade, há grande diferença entre o corte raso para abertura de pastagens e a derrubada de árvores com objetivos comerciais. Em casos extremos — derrubada sem técnicas de manejo adequadas — a exploração madeireira pode reduzir em até 50% a cobertura vegetal.

A desativação de boa parte das serrarias de Paragominas foi causada pela escassez de matéria-prima em áreas próximas. Com exceção do mogno, cujo valor de mercado justifica a extração em áreas a um raio de até 200 quilômetros da madeira, as demais madeiras perdem competitividade se a área de extração fica a mais de 60 quilômetros. “As indústrias estão buscando novas áreas de exploração, quando o ideal é que técnicas de manejo adequadas permitam a exploração permanente sem pressões sobre outras regiões”, diz Veríssimo.

(S.R.)